



UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

AUTOR(ES): THAIS FERREIRA DOS SANTOS, ANA LUIZA CARDOSO DIAS, SÁVIA ARIELLE SOARES SANTOS, RENATA LAFETA RABELO, ELIENE SILVEIRA FERREIRA, MONICA SOARES DIAS, RICARDO RODRIGUES BACCHI

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, assegura, no artigo 6º, os direitos de todo cidadão brasileiro, da seguinte forma: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Contudo, o acesso a esses direitos, que deveriam ser para todos, não configura a realidade para a maioria. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas - ONU (2010), as principais causas da desigualdade social são: falta de acesso à educação de qualidade, política fiscal injusta, baixos salários, dificuldade de acesso aos serviços básicos da saúde, transporte público e saneamento básico. Somente o acesso real a esses direitos, que são garantias constitucionais, poderá melhorar a qualidade de vida e diminuir a distância entre as classes, proporcionando uma distribuição de renda menos desigual. O objetivo é alertar os jovens sobre essa realidade, através da análise dos índices de desigualdade social no país, provocados pela má distribuição de renda e compreender seus reflexos diretos nas diversas áreas, para que os mesmos possam se tornar autores de sua cidadania. Assim, poderão se posicionar de forma crítica na construção de uma sociedade mais justa e democrática para todos. Na metodologia, realizou-se uma palestra na Escola Estadual Monsenhor Gustavo, contando com a participação efetiva dos alunos e do corpo docente. Em seguida, ocorreu um debate, oportunizando aos alunos manifestarem suas opiniões e conclusões. Também foi um momento onde puderam sanar eventuais dúvidas acerca do tema em questão. Foram alcançados os resultados pretendidos, pois, através do debate, foi possível perceber o nível de maturidade e o interesse de todos sobre o tema tratado. Surgiram diversas ideias e opiniões, como por exemplo, a possibilidade de se fazer uma reforma política e fiscal no país, de forma a contribuir para uma distribuição de renda mais justa e também garantir os direitos sociais, previstos na Constituição, para esta e para as futuras gerações. A conclusão a que chegamos, é que o sistema de ensino brasileiro necessita de educadores que inovem suas metodologias de ensino, de forma a oportunizar o protagonismo dos estudantes na construção do seu conhecimento, tornando-se sujeitos de sua aprendizagem e cidadãos conscientes, capazes de intervir de maneira positiva e construtiva na sociedade em que vivem.